

O compromisso sociossemiótico¹

The sociosemiotic commitment

Dirk Geeraerts²

Tradução de: Dalby Dienstbach³

(Revisões técnica e de tradução)

Ana Flávia Souto de Oliveira

Laura Baiocco⁴

Resumo: A Linguística Cognitiva deveria acrescentar ao seu Compromisso Cognitivo um Compromisso Sociossemiótico: um compromisso de fazer com que as suas explicações sobre a linguagem humana respeitem a sua condição de ferramenta sociossemiótica – ou seja, intersubjetiva, que varia histórica e socialmente – e de fundamentar essas explicações em uma metodologia que, da mesma forma, transcenda o indivíduo. Lançando um olhar sobre os elementos que definem a Linguística Cognitiva (a sua orientação cognitivista e o fato de ela ser baseada no uso), argumenta-se que a importância do Compromisso Sociossemiótico decorre da própria essência dessa corrente.

Palavras-chave: Compromisso Cognitivo; sociolinguística cognitiva; virada social; virada quantitativa; método empírico.

Abstract: Cognitive Linguistics should complement the Cognitive Commitment with a Sociosemiotic Commitment: a commitment to make one's account of human language accord with the status of language as a social semiotic, i. e., as an intersubjective, historically and socially variable tool, and to base that account on a methodology that likewise transcends the individual. By looking at defining features of Cognitive Linguistics (its cognitive orientation, and its usage-based character), it is argued that the relevance of the Sociosemiotic Commitment derives from the very essence of Cognitive Linguistics.

Keywords: Cognitive Commitment; cognitive sociolinguistics; social turn; quantitative turn; empirical method.

1. A virada social na Linguística Cognitiva

A Linguística Cognitiva do novo milênio é caracterizada por uma atenção crescente aos aspectos sociais e culturais da linguagem, em três níveis de análise. Esses três níveis, por sua vez, são caracterizados por uma esquematicidade cada vez maior (GEERAERTS;

¹ Artigo traduzido com a autorização do autor e da editora responsável pela publicação da versão em inglês, a partir do texto GEERAERTS, D. *The sociosemiotic commitment*, *Cognitive Linguistics*, v. 27, n. 4, p. 527-542, 2016.

² Doutor em Estudos da Linguagem e professor titular de Linguística da Faculdade de Artes da Universidade Católica de Leuven (KU Leuven). E-mail: dirk.geeraerts@kuleuven.be.

³ Doutor em Linguística e pesquisador da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas (FGV DAPP). E-mail: dalbydienstbach@gmail.com.

⁴ Doutora em Estudos da Linguagem e professora do Departamento de Letras Clássicas e Linguística da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: anaflavia10@gmail.com; Mestre em Psicolinguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: laura.baiocco4@gmail.com.

KRISTIANSEN, 2015). O primeiro desses níveis considera a variação dentro de uma mesma língua: até que ponto os fenômenos que geralmente estão no foco da Linguística Cognitiva apresentam variação dentro da mesma comunidade linguística? Pesquisas realizadas dentro dessa perspectiva se alinham às tradições de pesquisa da sociolinguística, da dialetologia e da estilística, e usam os mesmos métodos empíricos dessas três correntes: ver Kristiansen e Dirven (2008), Geeraerts *et al.* (2010) e Pütz *et al.* (2012). O próximo nível trata da variação entre línguas e culturas, configurando-se como comparação cultural e antropológica ou investigação histórica sobre mudanças de conceptualização ao longo de intervalos de tempo (PALMER, 1996; SHARIFIAN, 2017). O terceiro nível, para além das variações intra e interlinguística, aborda a linguagem como tal: aqui, podemos incluir os estudos pioneiros que enfocam e analisam como a emergência da linguagem como tal e a ocorrência de certos aspectos em uma língua somente podem ser compreendidas, com coerência, se se considerar a natureza socialmente interativa da comunicação linguística (SINHA; JENSEN DE LÓPEZ, 2000; GEERAERTS, 2005; ZLATEV *et al.*, 2008; CROFT, 2009; HARDER, 2010; ZLATEV, 2010; SCHMID, 2016). Embora o rótulo “sociolinguística cognitiva” esteja mais fortemente associado ao primeiro nível de análise, ele será utilizado, nesta discussão, como uma forma abreviada da virada social na Linguística Cognitiva como um todo.

Deve se observar que essa virada social não é completamente novidade na história da Linguística Cognitiva, visto que, por exemplo, a ideia de “modelo cultural” desempenhou um papel crucial no surgimento da nova abordagem (HOLLAND; QUINN, 1987). Essa virada é melhor definida, nesse caso, como consolidação e valorização intencionais de aspectos que eram inicialmente periféricos. Em tempo, a virada social *na* Linguística Cognitiva ainda não equivale, a rigor, a uma virada social *da* Linguística Cognitiva, na medida em que ela não constitui a perspectiva predominante entre os vários ramos dessa corrente. Ainda mais importante seria perguntar o que motiva essa mudança. Este trabalho explora algumas das razões fundamentais para se inserir uma perspectiva social na Linguística Cognitiva e, mais especificamente, defende que **a inspiração original e os aspectos teóricos próprios da Linguística Cognitiva favoreceram o desenvolvimento de uma sociolinguística cognitiva**. Essa não é uma questão qualquer, pois como pode uma concepção social se integrar à orientação cognitivista própria da Linguística Cognitiva? Será que a natureza cognitivista que essa corrente atribui a si mesma não supõe automaticamente um compromisso com uma perspectiva antes psicologizante do que social? Ou será que devemos reconhecer que *linguística cognitiva* é um termo equivocado?

Essa pergunta será respondida em três partes. Em primeiro lugar, ela será mapeada em relação ao contexto filosófico do pluralismo ontológico de Popper. As duas seções seguintes mostram como dois aspectos particulares da Linguística Cognitiva – a sua natureza cognitivista e o fato de ela ser baseada no uso – levam naturalmente a uma abordagem social, enquanto que, ao mesmo tempo, demandam uma metodologia empírica. Uma seção final explora brevemente os desafios que decorrem da virada social.

2. A linguagem como um fenômeno do “mundo três”

O estatuto epistemológico de uma perspectiva social sobre a linguagem pode ser abordado de forma esclarecedora em face do contexto do pluralismo ontológico de Popper, que postula a existência de três mundos:

Sem levar demasiado a sério as palavras “mundo” ou “universo”, podemos distinguir os três mundos ou universos seguintes: em primeiro lugar, o mundo de objetos físicos ou de estados materiais; em segundo, o mundo de estados de consciência ou de estados mentais, ou talvez de disposições comportamentais para agir; e, em terceiro, o mundo de *conteúdos objetivos de pensamento*. (POPPER, 1975, p. 108, grifos no original)

A linguagem, na visão de Popper, pertence rigorosamente ao mundo três, como um sistema simbólico para representar o conhecimento e estruturar conversas e discussões. Todavia, ela não está desvinculada dos outros mundos:

A própria linguagem, como um ninho de ave, é um subproduto não pretendido de ações que se dirigiam a outros alvos. Como surge uma trilha de animal na selva? Algum animal pode romper entre as moitas a fim de alcançar um lugar para beber. Outros animais acham mais fácil usar a mesma trilha. Assim ela pode ser alargada e melhorada pelo uso. Não é planejada – é uma consequência não pretendida da necessidade de movimento fácil ou rápido. É assim que originalmente se faz um caminho – talvez mesmo por homens – e como podem surgir a linguagem e quaisquer outras instituições que são úteis; e eis como podem dever sua existência e desenvolvimento à sua utilidade. (POPPER, 1975, p. 118-119)

A *produção* de mensagens acontece no mundo dois, guiada por intenções comunicativas subjetivas; porém, enquanto produto, a linguagem pertence ao mundo três: **a linguagem enquanto um instrumento comunicativo transcende o indivíduo**. Sendo assim, ela é amplamente autônoma em relação a cada usuário de uma língua: o usuário da língua se torna usuário justamente de uma língua que já está dada – independentemente do fato de a sua própria

atuação como usuário dessa língua poder, como resultado, contribuir com mudanças nela. Ou, para seguir na analogia de Popper: os usuários da língua percorrem caminhos já trilhados, mas podem alargá-los, mudar o seu curso, usá-los com tão pouca frequência que eles logo desaparecem ou, simplesmente, criar novos caminhos. Em linhas mais específicas, a linguagem pode ser inserida nos três mundos ao mesmo tempo: possui existência material (em várias formas, desde estados neurais e movimentos anatômicos de fala até livros e arquivos de texto); possui uma realidade psicológica na mente dos falantes e ouvintes; e possui uma existência objetiva que vai além do nível mental individual. A Linguística Cognitiva, na linha de Verhagen (2005), provavelmente falaria em uma existência antes “intersubjetiva” do que “objetiva”. Essa distinção merece um debate filosófico⁵; porém, no contexto atual, concentremo-nos na condição de “mundo três”, que é assimilada por ambos os termos na mesma proporção.

Uma visão como a de Popper não é exclusiva na história da linguística e na filosofia da linguagem. Ela é bastante importante para a concepção de linguagem de Itkonen, à qual retomaremos mais adiante, e corresponde, de modo geral, à imagem criada por Keller (1994) de linguagem como um “fenômeno do mundo três” – produto não intencional de uma ação intencional. Essa visão está bem alinhada com a concepção popular atual de linguagem como um Sistema Dinâmico Complexo (por exemplo, BECKNER *et al.*, 2009), principalmente, em função da sua insistência na relação dialética entre comportamentos individuais e efeitos supraindividuais: cada usuário adquire uma língua já pronta, porém, afeta-a ao reproduzi-la e ao desenvolvê-la. E, obviamente, essa visão concorda com a óptica saussuriana de que a linguagem, enquanto *langue*, é sobretudo um fenômeno semiótico e social que anda de mãos dadas com comportamentos individuais intencionais no nível da *parole*. Esse repertório, bem como cada um dos seus componentes, pode obviamente ser expandido, mas a questão precisa ser esclarecida: perspectivas que reduzem a língua a um fenômeno psicológico constituem uma vertente respeitável da concepção de linguagem do século XX.

Por que, então, a Linguística Cognitiva teria sido atraída por uma concepção de “mundo três” da linguagem? Podemos responder a essa pergunta lançando um olhar atento aos aspectos característicos da Linguística Cognitiva: a sua natureza cognitivista, é claro, mas também aos fatos de ela ser baseada no uso e de viabilizar recontextualizações. Nas próximas duas seções, exploraremos o impacto do primeiro e do segundo aspectos. Por questão de espaço, o terceiro

⁵ Em discussão está a natureza da “objetividade” que Popper atribui ao mundo três. Esse é o mundo do conhecimento objetivo tal como representados por teorias científicas, mas também abrange literatura, mitos, instituições sociais, obras de engenharia, arte. Até que ponto, filosoficamente falando, a objetividade do conhecimento científico se assemelha à “não-subjetividade” supraindividual desses últimos fenômenos?

aspecto não será detalhado neste trabalho, mas a sua importância ficará evidente; ver Geeraerts (2010a). Em tempo, a gramática gerativa descontextualiza a gramática, dissociando o que considera ser o cerne da linguística do contexto discursivo do desempenho e do uso da linguagem, do contexto social da interação e da variação, bem como do contexto cognitivo do significado e da experiência. Já a Linguística Cognitiva é uma abordagem recontextualizadora, visto que reintegra esses domínios contextuais ao escopo da gramática – inclusive, é claro, a perspectiva social.

3. Linguagem como cognição e o Compromisso Cognitivo

A caracterização da Linguística Cognitiva como “cognitiva” tem sido alvo sobretudo (embora de bastante implícito) de duas interpretações sutilmente diferentes na história dessa corrente. Por um lado, a Linguística Cognitiva tem se apresentado como adepta do Compromisso Cognitivo, ou seja, do “compromisso [...] de tornar as explicações sobre a linguagem humana consistentes com o que já foi descoberto a respeito da mente e do cérebro, tanto em outras disciplinas como na nossa” (LAKOFF, 2012 [1990], p. 8). Segundo essa perspectiva, linguistas cognitivistas devem levar em consideração as descobertas empíricas de disciplinas como a psicologia cognitiva, a psicologia do desenvolvimento e as neurociências, e ajustar os seus postulados linguísticos de acordo com elas. Por outro lado, o editorial do número inaugural da revista *Cognitive Linguistics* – mesmo número, aliás, em que Lakoff estabeleceu o Compromisso Cognitivo – descreve a Linguística Cognitiva em termos de uma definição de linguagem “como um instrumento para organizar, processar e transmitir informações”⁶ (GEERAERTS, 1990, p. 1). Conforme essa perspectiva, a linguagem é encarada não como se fosse um módulo cognitivo isolado e autônomo, mas como um reflexo da arquitetura conceitual geral, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da influência de experiências e do meio. O tipo de abertura interdisciplinar proporcionado pelo Compromisso Cognitivo não está fora dessa interpretação alternativa; porém, mais do que estar elaborada como um princípio em si, ela se desenvolve a partir da ideia de que a linguagem está intimamente ligada às capacidades cognitivas humanas de forma geral.

A diferença entre as duas versões é mínima, porém, real: o Compromisso Cognitivo é mais esquemático do que a sua versão alternativa, e simplesmente não está comprometido com aquilo “que já foi descoberto a respeito da mente e do cérebro”. Em princípio, ele deixa aberta

⁶ [(...) as an instrument for organizing, processing, and conveying information.]

a possibilidade de esse conhecimento geral se transformar em uma definição formalista e modular da linguagem, tão comum em abordagens chomskianas. Essa certamente não é a intenção de Lakoff, mas é somente a versão alternativa que deixa esse pressuposto claro. Pode-se argumentar, a esse respeito, que a segunda versão, que é mais sólida, descreve melhor do que a primeira, que é mais esquemática, o que Linguística Cognitiva faz na prática. Há duas razões para isso.

Em primeiro lugar, uma concepção de “linguagem como ferramenta cognitiva” facilita o entendimento de alguns dos aspectos mais centrais da Linguística Cognitiva: a primazia da semântica na análise linguística e as naturezas enciclopédica e perspectivada do significado linguístico. A primazia da semântica na análise linguística decorre diretamente da própria visão cognitivista: se a principal função da linguagem engloba informação e comunicação, então, o significado, em sentido lato, deve ser o centro das atenções da linguística. A natureza enciclopédica do significado linguístico decorre da função de categorização da linguagem: se a linguagem é um sistema para categorizar o mundo, não é necessário propor uma camada sistêmica ou estrutural do significado linguístico que seja distinta da camada em que o conhecimento de mundo está ligado a formas linguísticas. A natureza perspectivista do significado linguístico sugere que o mundo não está refletido de maneira objetiva na linguagem: a função de categorização da linguagem antes impõe uma configuração ao mundo do que reflete uma realidade objetiva.

Em segundo lugar, uma concepção de “linguagem como ferramenta cognitiva” estabelece uma fronteira mais clara entre a Linguística Cognitiva e a gramática gerativa. Essa comparação era provavelmente mais relevante na época em que a Linguística Cognitiva surgiu do que agora, mas é didática na conjuntura atual. O linguista cognitivista está interessado no nosso conhecimento de mundo e investiga como a linguagem natural contribui para esse conhecimento. O linguista gerativista, por outro lado, está interessado no nosso conhecimento da linguagem e se pergunta como esse conhecimento pode ser adquirido, em vista de uma teoria cognitivista de aprendizagem. Como empreitadas cognitivistas, a Linguística Cognitiva e a gramática gerativa estão igualmente interessadas nas estruturas mentais que formam o conhecimento. Para a Linguística Cognitiva, a linguagem natural já constitui, por si, uma dessas estruturas, e o conhecimento que importa é o conhecimento de mundo. Para o gramático gerativista, por outro lado, o conhecimento em questão é o conhecimento da linguagem, e as estruturas mentais que importam são geradas por uma aptidão genética que permite aos seres humanos aprender a linguagem. Enquanto a gramática gerativa está interessada no

conhecimento *da* linguagem, a Linguística Cognitiva está, de certo modo, interessada no conhecimento *através da* linguagem.

Mas então, em vista das duas interpretações para o termo *cognitiva* em *Linguística Cognitiva*, com que facilidade elas poderiam fazer as pazes com uma visão social, de “mundo três”, da linguagem? O Compromisso Cognitivo estará alinhado com uma visão de “mundo três” se isso significar que **os atributos de “mundo um” e de “mundo dois” da linguagem restringem, sem excluir, a sua condição de “mundo três”**. Na analogia de Popper: a composição do solo, os desníveis do terreno e a densidade da vegetação terão algum impacto na trilha que vai se formando. No entanto, a própria trilha não resulta simplesmente da combinação desses elementos; ela resulta do acúmulo de atividades humanas intencionais, que são limitadas, porém, não causadas pelas condições do meio. De modo semelhante, a linguagem natural é moldada por fatores como a estrutura dos órgãos da fala e a neurofisiologia do cérebro (ou seja, corporificação no seu sentido mais literal); entretanto, a linguagem como tal não equivale à combinação desses elementos. Exemplos dessa perspectiva são encontrados diversas análises quantitativas multivariadas de gramática, que articulam fatores psicológicos (como custo de processamento ou persistência) com variáveis gramaticais e semióticas, aspectos relativos ao discurso, e, ainda, características letais: ver, por exemplo, o modelo de gramática probabilística (BRESNAN; FORD, 2010; SZMRECSANYI; HINRICHS, 2008; SZMRECSANYI, 2009) ou os estudos letais multivariados de gramática, como os trabalhos de Grondelaers *et al.* (2002) e de Levshina *et al.* (2013), bem como aqueles discutidos por Heylen *et al.* (2008).

Na sequência, a versão alternativa, mais sólida, se insere melhor em uma visão de “mundo três”, pois foca justamente na função cognitiva da linguagem enquanto ferramenta de organização e troca de conhecimentos – tal como o papel atribuído à linguagem no pluralismo ontológico de Popper. A entendimento de “linguagem como ferramenta cognitiva”, pertinente ao rótulo *Linguística Cognitiva*, portanto, estará de acordo com uma visão de “mundo três” se a **“linguagem como cognição” incluir conhecimentos compartilhados e socialmente disseminados e não apenas experiências e pensamentos individuais**. Um exemplo antigo (isto é, na história da Linguística Cognitiva) de uma visão universalista de “mundo dois” em conflito com uma visão histórica e culturalmente orientada de “mundo três” pode ser encontrado na discussão sobre a base da metáfora RAIVA É CALOR. Lakoff e Kövecses (1987) explicam essa metáfora em termos de experiências fisiológicas universais: o aumento da temperatura do corpo é interpretado como um efeito fisiológico do estado de raiva, e a raiva é metonimicamente conceptualizada em termos dos seus efeitos fisiológicos. Geeraerts e

Grondelaers (1995), no entanto, mostram que um número considerável de expressões que atualizam o mapeamento RAIVA É CALOR são vestígios lexicais que têm origem na teoria dos humores, doutrina de grande influência que dominou a medicina na Europa Ocidental desde a Antiguidade até princípios da Era Moderna. Nos últimos anos, a escolha por uma abordagem cultural e histórica nas pesquisas sobre metáforas tem ganhado força e reconhecimento, também, entre os principais porta-vozes da Teoria Conceptual da Metáfora (ver KÖVECSES, 2005).

4. Uso e variação

Uma segunda característica importante da Linguística Cognitiva que sugere uma visão social é o fato de ela ser baseada no uso. Os dados observacionais que se inserem em uma abordagem baseada no uso normalmente são extraídos de um corpus, e geralmente não são homogêneos: posto que os textos coletados para o corpus chegam de várias fontes, nem sempre sabemos com antecedência se a variação que podemos observar nesse corpus se deve a fatores letais ou não. Logo, a filtragem dos efeitos desses fatores se torna uma exigência metodológica para qualquer tentativa da Linguística Cognitiva de analisar os dados de uso – mesmo que a análise não esteja, em princípio, interessada em variação letal. A ocorrência de variação intralinguística – que pode ser socialmente estruturada ou simplesmente ser individual – tem um impacto significativo sobre as consequências metodológicas de uma perspectiva social na Linguística Cognitiva. Sem essa variação, a língua como sistema semiótico usado em uma dada comunidade é a mesma para todo e qualquer membro dessa comunidade, e, como tal, cada usuário da língua que pertence a essa comunidade linguística constitui um exemplar representativo, em termos estatísticos, dessa língua. Do mesmo modo, investigar o conhecimento da língua de um falante nativo (nesse caso, investigar o conhecimento linguístico do próprio linguista que conduz a investigação) constitui uma forma legítima de se fazer linguística. Essa postura metodológica certamente é muito popular por ser da gramática chomskyana; porém, a gramática chomskyana assume a perspectiva de “mundo dois”, focando em uma suposta Gramática Universal pertinente ao aparato biológico humano. Isso quer dizer que a tendência metodológica da linha chomskyana para a introspecção não é relevante para uma concepção social de Linguística Cognitiva, visto que os pressupostos básicos, em termos popperianos, são tão diferentes.

Entretanto, é necessário acrescentar uma reflexão aqui. Itkonen (2003; 2008, dentre outras publicações) defende uma perspectiva de “mundo três” da linguagem que se baseia na

intuição em vez da *introspecção*. Conforme Itkonen, a linguística – claramente definida como o estudo da linguagem como um fenômeno social – se baseia antes na *intuição* do que na observação, pois a natureza social da linguagem se configura como um sistema de normas sociais. Normas possuem uma condição epistemológica particular, que fica evidente na distinção entre regras e regularidades: uma regra, que estabelece o que *deve* ser feito, difere de uma regularidade, que descreve as tendências do que é feito *de fato*. Uma hipótese sobre regularidades observáveis pode estar equivocada (e, portanto, ser falseada), já uma regra não pode ser falseada, somente quebrada. Isso significa que a metodologia para se estudarem normas difere do método das ciências empíricas descritivas. Evocando a mesma ontologia popperiana que discutimos antes, Itkonen apresenta uma distinção epistemológica entre observação, introspecção e intuição, respectivamente. Intuição – método adequado para a investigação de normas – é simplesmente o escrutínio do conhecimento que possuímos sobre convencionalizações linguísticas: “Quando alguém está descrevendo a própria língua materna, a coleta de dados não consiste em experimentação/observação, mas na tentativa de *lembrar* de algo que a pessoa, em princípio, já sabe. Observe-se, ainda, que ela não busca lembrar do que alguém disse de fato, mas do que *deveria* ser dito”⁷ (ITKONEN, 2003, p. 40-41). A comparação terminológica de Itkonen entre intuição e introspecção equivale à sua rejeição à concepção chomskyana de linguagem. Itkonen defende que a concepção psicologizante de Chomsky é um equívoco tanto ontológico quanto epistemológico de categorização. A linguagem pertence ao mundo das normas sociais, não ao mundo dos estados mentais – logo, é necessário antes intuição do que introspecção.

No entanto, essa abordagem baseada na intuição poderia estar facilmente associada à alegação de que, na esfera normativa, não há variação ou, pelo menos, de que a variação que existe é, em grande medida, irrelevante. Sem negar a importância da normatividade na linguagem, nem o papel da intuição no processo empírico das pesquisas linguísticas (GEERAERTS, 2010b), essa alegação precisa ser confrontada a partir dos pontos de vista filosófico e linguístico (para uma discussão ampla, ver GEERAERTS, 2005).

Em primeiro lugar, conforme Itkonen, as normas podem apresentar casos de incerteza e de conflito. Porém, esses casos exigirão uma abordagem observacional. No caso da incerteza, se os indivíduos hesitam sobre qual norma se aplica, isso mostra que a sua intuição (e, *a fortiori*, a do pesquisador) nem sempre fornece uma resposta. No caso da controvérsia e dos embates

⁷ [When one is describing one's own native language, data-gathering consists, not in experimentation/observation but in trying to remember something that one in principle knows already. Notice also that one does not try to remember what someone has said in fact, but what ought to be said.]

normativos, a ocorrência de normas conflitantes será atribuída a uma disputa ou a um antagonismo entre grupos, isto é, justamente ao tipo de variação que achamos que deveria ser estudado. De modo geral, o que é necessário, aqui, é uma teoria de normas tal qual a desenvolvida por Bartsch (1987), que reconhece abertamente possíveis conflitos entre normas alternativas e, sobretudo, o papel crucial que esses conflitos podem desempenhar na explicação das dinâmicas da linguagem.

Em segundo lugar, e o mais importante, há dúvidas se as línguas podem, de fato, ser consideradas sistemas linguísticos homogêneos. Essa ideia é, por si só, um dos pilares do pensamento estruturalista, traduzida de modo preciso por Mailliet na sua definição de língua como “um sistema onde tudo se encaixa”⁸ (1937, p. 475). Esse é um pensamento bastante popular: ao longo do século XX, a linguística predominante entendia as línguas como sistemas coerentes, representados pelas suas gramáticas. Comunidades linguísticas seriam, então, definidas pelo fato de compartilharem uma gramática. Essa postura não nega a variação, porém, a unidade da variação era uma língua, isto é, um sistema linguístico. Uma forma simples de se colocar isso (com a qual linguistas mais novos ainda se deparam nos seus cursos), por exemplo, é dizer que dialetos são línguas plenas porque possuem a sua própria gramática.

Existem duas maneiras de provar que essa noção de homogeneidade (uma única gramática homogênea compartilhada por um grupo de usuários da língua) é problemática: primeiro, observando-se os usuários da língua e, segundo, observando-se os fenômenos linguísticos que compõem esses supostos sistemas coerentes. Em relação à primeira, há cada vez mais indícios das diferenças individuais entre usuários da língua: ver, por exemplo, Sharma *et al.* (2008) ou Dąbrowska (2012) e Divjak *et al.* (2016). Visto que uma abordagem tradicional pode representar a variação individual em termos de os usuários possuírem gramáticas diferentes, isto é, de fazerem parte de comunidades diferentes, as diferenças individuais têm mais importância quando envolvem usuários daquilo que seria identificado tradicionalmente como um único sistema. Essas diferenças realmente ocorrem no território do “mundo um”; trabalhos como o de Mielke (2015), por exemplo, mostram, com técnicas de ultrassom, de que modo a posição da língua na pronúncia do mesmo fonema pode variar consideravelmente entre falantes. Quanto à segunda maneira, os fenômenos linguísticos não estão em pé de igualdade se a sua distribuição letal não estiver mapeada. Se as línguas consistem em sistemas coerentes, então, todos os elementos de um dado sistema ocupam a mesma posição no espaço letal (isto é, no espaço definido pelas dimensões social, geográfica e contextual que podem determinar a

⁸ [Un système où tout se tient.]

variação). No entanto, já no século XIX, os linguistas descobriram que as fronteiras dialetais não constituem blocos definidos de isoglossas: fenômenos linguísticos distintos possuem distribuições geográficas diferentes, tornando vaga a fronteira entre um sistema e outro. De modo semelhante, isoglossas letais geralmente não precisam coincidir (ver GEERAERTS, 2010c). A tese de que cada aspecto linguístico pode, em princípio, apresentar a sua própria distribuição letal remonta à velha teoria de Jaberg, de que cada palavra pode ter a sua própria história particular: “Na realidade, cada palavra tem a sua própria história”⁹ (1908, p. 6).

Se juntarmos algumas peças agora, parece que a versão social da Linguística Cognitiva ocupa uma posição diferente na história da linguística. As duas dimensões que apontamos até o momento para caracterizá-la assimilam, cada uma, uma transformação profunda em relação a uma posição que definiu um período anterior no desenvolvimento da linguística. Em primeiro lugar, a concepção social de *cognitiva* em *Linguística Cognitiva* joga a linguística diretamente de volta ao “mundo três” de Popper, ao contrário da psicologização da linguagem na linguística chomskyana. Isso significa um retorno, nesse sentido, à concepção saussuriana pré-chomskyana de linguagem como um fenômeno semiótico e social. Em segundo lugar, porém, o fato de a Linguística Cognitiva ser baseada no uso inverte o enfoque estruturalista e saussuriano na *langue*, enquanto um sistema internamente homogêneo, em favor da *parole* enquanto intrinsecamente variada.

Em outras palavras, **a guinada social na Linguística Cognitiva é um retorno à visão saussuriana de linguagem como um fenômeno semiótico e social sem o postulado saussuriano de homogeneidade interna dos sistemas linguísticos**. Os três momentos principais do percurso teórico da linguística podem, assim, ser estruturados em um esquema sistemático: ver Tabela 1. Evidentemente, a imagem somente representa a Linguística Cognitiva à medida que ela se configura como uma sociolinguística cognitiva – porém, esse é um ponto que retomaremos na seção de conclusão.

Tabela 1: Os três principais momentos do percurso teórico da linguística

	foco no “mundo três”?	foco em variação?
Linguística saussuriana	sim: linguagem como fenômeno semiótico e social	não: linguagem como sistema internamente homogêneo
Linguística chomskiana	não: linguagem como fenômeno psicológico	não: linguagem como aptidão humana universal
Linguística (sócio)cognitiva	sim: linguagem como fenômeno semiótico e social	sim: linguagem como dialética de sistema e uso

⁹ [In Wirklichkeit hat jedes Wort seine besondere Geschichte.]

Isso significa que o método de uma Linguística Cognitiva socialmente motivada, tal como o seu objeto, precisa ir além do nível do indivíduo. Ela precisa oferecer uma descrição intersubjetivamente confiável da realidade intersubjetiva da linguagem. Isso explica a importância para a sociolinguística cognitiva de métodos quantitativos típicos das ciências exatas, que se caracterizam pela replicabilidade dos resultados, pela operacionalização explícita dos conceitos, pela testagem estatística das hipóteses. Nesse sentido, existe uma proximidade entre a “virada social” descritiva na Linguística Cognitiva e a sua “virada quantitativa” metodológica (JANDA, 2013).

5. O compromisso sociossemiótico

Os vários motivos que apontamos para uma guinada social na Linguística Cognitiva podem ser traduzidos em um Compromisso Sociossemiótico¹⁰. Para complementar o Compromisso Cognitivo, estabeleceremos **um compromisso de fazer com que as explicações sobre a linguagem humana respeitem a sua condição de fenômeno semiótico e social – ou seja, de ferramenta intersubjetiva, que varia histórica e socialmente –, bem como de fundamentar essas explicações em uma metodologia que, do mesmo modo, transcenda o indivíduo**. Na atual fase de desenvolvimento da Linguística Cognitiva, esse ainda não é um compromisso totalmente consolidado: embora – ou justamente porque – a Linguística Cognitiva se colocasse, em princípio, em contraposição à gramática gerativa, ela trazia consigo influências da tradição mais canônica da linguística moderna, resumidas nas seções anteriores. A título de conclusão, podemos listar as principais práticas que precisam ser abandonadas ou modificadas pelas perspectivas linguísticas que adotarem o Compromisso Sociossemiótico:

- confiança unicamente na introspecção (ou intuição);
- inclinação a traços universais da linguagem em detrimento de uma atenção à historicidade e à variabilidade da língua;
- crença nas línguas como sistemas internamente homogêneos; e
- preferência pela condição da linguagem como fenômeno psicológico de “mundo dois” sobre a sua condição como fenômeno intersubjetivo de “mundo três”.

¹⁰ O termo *sociossemiótico* é usado em diversos contextos teóricos, desde a linguística funcional de Halliday (1978) até os vários ramos da semiótica em geral (ver COBLEY; RANDVIIR, 2009). Da forma como é usado neste artigo, esse termo não supõe uma filiação específica a quaisquer dessas abordagens.

Os dois primeiros itens dessa lista são mais frágeis do que os dois últimos. Métodos de corpus e abordagens experimentais – que, vale ressaltar, incluem introspecção e intuição como componentes do processo empírico; ver Geeraerts (2010b) – ocupam uma posição mais sólida (talvez, até mesmo, predominante) nas investigações linguísticas, mesmo com a sua expansão estando, de alguma forma, comprometida pela falta de treinamento metodológico adequado em muitos currículos de linguística. Do mesmo modo, a atenção que o nome “sociolinguística cognitiva” tem conseguido atrair (ver as referências na primeira seção) ou, ainda, o interesse em pesquisas históricas na Linguística Cognitiva (WINTERS *et al.*, 2010; DIAZ-VERA, 2015) mostram que o interesse dos linguistas cognitivistas não está, de fato, voltado exclusivamente para traços universais.

Os últimos dois hábitos da lista, no entanto, parecem mais rígidos. Também estão relacionadas entre si: se você acredita que a gramática se configura como um sistema internamente homogêneo (no sentido estruturalista), que é compartilhado de modo uniforme entre todos os membros de uma comunidade linguística, então, as realidades psicológica e social da linguagem simplesmente se igualam: o que existe dentro da cabeça é exatamente a mesma coisa que o que molda o comportamento da comunidade. É tentador, inclusive, pressupor (em total conformidade com a tradição gerativista de entender a linguagem) que a realidade psicológica é, em certo sentido, mais básica, visto que ela seria, em virtude dos seus substratos biológico e neurológico – isto é, da sua corporificação literal –, de algum modo mais palpável do que a realidade social da linguagem.

Contudo, se você considerar as variações social e individual no interior de uma comunidade linguística, então, as regras e tendências que moldam o comportamento da comunidade e a representação mental dos indivíduos sobre essas regras podem não coincidir. O comportamento linguístico individual representará um reflexo parcial ou distinto do comportamento coletivo, e – conforme mostram dados de ultrassom – comportamentos externos idênticos podem, inclusive, ser produzidos internamente de formas diferentes, por indivíduos diferentes. Nesse sentido, ter um bom entendimento do comportamento da comunidade consiste em um objetivo diferente do de investigar representações mentais – e em um objetivo imprescindível para a interpretação adequada de fenômenos psicológicos.

Isso sugere, ainda, que o apego da Linguística Cognitiva pelo Compromisso Cognitivo precisa diminuir. Sim, precisamos de gramáticas cognitivamente realistas, mas também precisamos dar uma atenção sistemática às realidades intersubjetiva, social e histórica da linguagem. Uma boa dose de modéstia é recomendável aqui: melhor seria se os linguistas cognitivistas reconhecessem que ainda não sabem exatamente como conciliar os dois

compromissos. Em linhas muito gerais, todas as considerações relativas à sociolinguística cognitiva feitas ao longo deste artigo representam pontos de partida para maiores avanços. De um lado, fatores psicológicos como custo de processamento ou efeitos de *priming*¹¹ podem ser acomodados em estudos variacionistas. Do outro, variações letais e pragmáticas podem ser acrescidas a teorias de conhecimento gramatical. E, entre os dois lados, um modelo bem ordenado e equilibrado como o de Schmid (2016) pode atuar como um pano de fundo estrutural, sobre o qual diversos aspectos dessa empreitada podem ser dispostos. Porém, para além desses ganhos imediatos, questões em aberto – particularmente, as relacionadas ao significado como central na Linguística Cognitiva – ficam no aguardo. Se significados são, de fato, *construals*¹² sociais¹³, eles deveriam existir antes na comunidade do que dentro da cabeça; porém, se eles existem menos na cabeça do que os linguistas cognitivistas afirmam, então, vasculhar dentro dela em busca de significados também é menos eficiente do que temos acreditado. Contudo, achar que os significados não estão necessariamente dentro da cabeça não é algo novo na filosofia da linguagem; confrontar a semântica filosófica deveria estar no topo da nossa agenda de reconsiderações sobre os fundamentos da Linguística Cognitiva. Em comparação com o desafio inerente a esse confronto, não importa se o resultado disso, no final das contas, ainda poderá ser chamado de “Linguística Cognitiva”...

Referências:

BARTSCH, R. **Norms of language**: theoretical and practical aspects. Londres: Longman, 1987.

¹¹ *Priming* (semântico) se refere ao fenômeno em que a exposição a um dado estímulo (verbal) intervém no processamento de outro estímulo subsequente, que seria mais prontamente associado ao primeiro (MCNAMARA; HOLBROOK 2003). O termo não possui uma tradução consensual em língua portuguesa. (N. T.)

¹² O termo *construal* representa a nossa habilidade expressa de conceber e descrever a mesma situação de maneiras alternativas (LANGACKER, 2013) e não possui uma tradução consensual em língua portuguesa. (N. T.)

¹³ No âmbito desta edição especial – e sabendo que as publicações de Geeraerts (1985, p. 309-370) e de Geeraerts (1993) foram as primeiras na história da Linguística Cognitiva a analisar a importância particular da fenomenologia –, vale salientar que a postura sociossemiótica defendida aqui é, em grande medida, compatível com a perspectiva fenomenológica descrita por Zlatev (2016), especialmente na medida em que o significado é definido como um *construal* convencionalizado. Ao mesmo tempo, uma perspectiva fenomenológica não possui necessariamente as propriedades curativas sugeridas por Zlatev. Alguns temas merecem análise. Em primeiro lugar, o método de redução fenomenológica é sensível a uma mudança idealista, conforme ilustra o trabalho de Husserl. Como tal, ele seria uma base metodológica menos confiável do que se afirma. Em segundo lugar, a tradição fenomenológica não é homogênea. As variações internas – tensões, cisões e divergências desde Husserl em relação a Heidegger e Merleau Ponty até Gadamer e Levinas – da fenomenologia filosófica precisam entrar na discussão para se chegar a um entendimento adequado da sua relação com a Linguística Cognitiva. A tensão explícita, por exemplo, entre a corporeidade da intencionalidade, destacada pelo antigo Merleau Ponty e pela historicidade da experiência em Heidegger, mostra que identificar a relação exata entre experiência e uso, de um lado, e entre sistema e comunidade, de outro, é um problema tanto para a fenomenologia quanto para a linguística.

BECKNER, C.; BLYTHE, R.; BYBEE, J.; CHRISTIANSEN, M.; CROFT, W.; ELLIS, N.; HOLLAND, J.; KE, J. LARSEN-FREEMAN, D.; SCHOENEMANN, T. Language is a complex adaptive system. **Language Learning**, v. 59, n. 1, p. 1-26, 2009.

BRESNAN, J.; FORD, M. Predicting syntax: processing dative constructions in American and Australian varieties of English. **Language**, v. 86, n. 1, p. 168-213, 2010.

COBLEY, P.; RANDVIIR, A. Introduction: what is sociosemiotics? **Semiotica**, n. 173, p. 1-39, 2009.

CROFT, W. Towards a social cognitive linguistics. In: EVANS, V.; POURCEL, S. (Eds.). **New directions in cognitive linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 395-420.

DAŁBROWSKA, E. Different speakers, different grammars: individual differences in native language attainment. **Linguistic Approaches to Bilingualism**, v. 2, n. 3, p. 219-253, 2012.

DÍAZ-VERA, J. (Ed.). **Metaphor and metonymy across time and cultures: perspectives on the sociohistorical linguistics of figurative language**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015.

DIVJAK, D.; DAŁBROWSKA, E.; ARPPE, A. Machine meets man: evaluating the psychological reality of corpus-based probabilistic models. **Cognitive Linguistics**, v. 27, n. 1, p. 1-33, 2016.

GEERAERTS, D. **Paradigm and paradox: explorations into a paradigmatic theory of meaning and its epistemological background**. Lovaina: Universitaire Pers, 1985.

GEERAERTS, D. Editorial statement. **Cognitive Linguistics**, v. 1, n. 1, p. 1-3, 1990.

GEERAERTS, D. Cognitive linguistics and the history of philosophical epistemology. In: RUDZKA-OSTYN, B.; GEIGER, R. (Eds.). **Conceptualizations and mental processing in language**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1993. p. 53-79.

GEERAERTS, D. Lectal variation and empirical data in cognitive linguistics. In: IBÁÑEZ, F.; CERVEL, S. (Eds.). **Cognitive linguistics: internal dynamics and interdisciplinary interactions**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 163-189.

GEERAERTS, D. Recontextualizing grammar: underlying trends in thirty years of cognitive linguistics. In: TABAKOWSKA, E.; CHOINSKI, M.; WIRASZKA, L. (Eds.). **Cognitive linguistics in action: from theory to application and back**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010a. p. 71-102.

GEERAERTS, D. The doctor and the semantician. In: GLYNN, D.; FISCHER, K. (Eds.). **Quantitative methods in cognitive semantics: corpus-driven approaches**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010b. p. 63-78.

GEERAERTS, D. Schmidt redux: how systematic is the linguistic system if variation is rampant? In: BOYE, K.; ENGBERG-PEDERSEN, E. (Eds.). **Language usage and language structure**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010c. p. 237-262.

GEERAERTS, D.; GRONDELAERS, S. Looking back at anger: cultural traditions and metaphorical patterns. In: TAYLOR, J.; MACLAURY, R. (Eds.). **Language and the construal of the world**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1995. p. 153-180.

GEERAERTS, D.; KRISTIANSEN, G. Variationist linguistics. In: DĄBROWSKA, E.; DIVJAK, D. (Eds.). **Handbook of cognitive linguistics**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015. p. 366-389.

GEERAERTS, D.; KRISTIANSEN, G.; PEIRSMAN, Y. (Eds.). **Advances in cognitive sociolinguistics**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010.

GRONDELAERS, S.; SPEELMAN, D.; GEERAERTS, D. Regressing on “er”: statistical analysis of texts and language variation. In: MORIN, A.; SÉBILLOT, P. (Eds.). **6ièmes Journées Internationales d’Analyse Statistique des Données Textuelles**. Rennes: Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique. 2002. p. 335-346.

HALLIDAY, M. **Language as a social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. Londres: Edward Arnold, 1978.

HARDER, P. **Meaning in mind and society**: a functional contribution to the social turn in cognitive linguistics. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010.

HEYLEN, K.; TUMMERS, J.; GEERAERTS, D. Methodological issues in corpus-based cognitive linguistics. In: KRISTIANSEN, G.; DIRVEN, R. (Eds.). **Cognitive sociolinguistics**: language variation, cultural models, social systems. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 91-128.

HOLLAND, D.; QUINN, N. (Eds.). **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ITKONEN, E. **What is language?** A study in the philosophy of linguistics. Turku: Åbo Akademis Tryckeri, 2003.

ITKONEN, E. The central role of normativity in language and linguistics. In: ZLATEV, J.; RACINE, T.; SINHA, C.; ITKONEN, E. (Eds.). **The shared mind**: perspectives on intersubjectivity. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 279-305.

JABERG, K. **Sprachgeographie**: Beitrag zum Verständnis des Atlas linguistique de la France. Aarau: Sauerländer, 1908.

JANDA, L. (Ed.). **Cognitive linguistics**: the quantitative turn. Berlin: De Gruyter Mouton, 2013.

KELLER, R. **On language change**: the invisible hand in language. Londres: Routledge, 1994.

KÖVECSES, Z. **Metaphor in culture**: universality and variation. Oxford: Oxford University Press, 2005.

- KRISTIANSEN, G.; DRIVEN, R. (Eds.). **Cognitive sociolinguistics**: language variation, cultural models, social systems. Berlim: Mouton de Gruyter, 2008.
- LAKOFF, G. A hipótese da invariância: o pensamento abstrato está baseado em esquemas de imagem? **Cadernos de Tradução**, n. 31, p. 7-46, 2012.
- LAKOFF, G.; KÖVECSES, Z. The cognitive model of anger inherent in American English. In: HOLLAND, D.; QUINN, N. (Eds.). **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 195-221.
- LANGACKER, R. **Foundations of cognitive grammar**: theoretical prerequisites. Palo Alto: Stanford University Press, 1987. v. 1.
- LEVSHINA, N.; GEERAERTS, D.; SPEELMAN, D. Towards a 3D-grammar: interaction of linguistic and extralinguistic factors in the use of Dutch causative constructions. **Journal of Pragmatics**, n. 52, p. 34-48, 2013.
- MCNAMARA, T.; HOLBROOK, J. Semantic and memory priming. In: HEALEY, A.; PROCTOR, R. (Eds.). **Handbook of psychology**: experimental psychology. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2003. p. 447-474. v. 4.
- MIELKE, J. An ultrasound study of Canadian French rhotic vowels with polar smoothing spline comparisons. **Journal of the Acoustical Society of America**, v. 137, n. 5, p. 2858-2869, 2015.
- PALMER, G. **Toward a theory of cultural linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1996.
- POPPER, K. **Conhecimento objetivo**: uma abordagem evolucionária. Tradução: Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- PÜTZ, M.; ROBINSON, J.; REIF, M. (Eds.). **Cognitive sociolinguistics**: social and cultural variation in cognition and language use. Amsterdam: John Benjamins, 2012.
- SCHMID, H. J. Why cognitive linguistics must embrace the pragmatic and social dimensions of language and how it could do so more seriously. **Cognitive Linguistics**, v. 27, n. 4, p. 543-557, 2016.
- SHARIFIAN, F. **Advances in cultural linguistics**. Dordrecht: Springer, 2017.
- SHARMA, D.; BRESNAN, J.; DEO, A. Variation and change in the individual: evidence from the Survey of English Dialects. In: COOPER, R.; KEMPSON, R. (Eds.). **Language in flux**: dialogue coordination, language variation, change and evolution. Londres: College Publications, 2008. p. 265-321.
- SINHA, C.; LÓPEZ, K. J. Language, culture, and the embodiment of spatial cognition. **Cognitive Linguistics**, v. 11, n. 1-2, p. 17-41, 2000.
- SZMRECSANYI, B. **Morphosyntactic persistence in spoken English**: a corpus study at the intersection of variationist sociolinguistics, psycholinguistics, and discourse analysis. Berlim: Mouton de Gruyter, 2009.

SZMRECSANYI, B.; HINRICHS, L. Probabilistic determinants of genitive variation in spoken and written English: a multivariate comparison across time, space, and genres. In: NEVALAINEN, T.; TAAVITSAINEN, I.; PAHTA, P.; KORHONEN, M. (Eds.). **The dynamics of linguistic variation: corpus evidence on English past and present**. Amsterdam: Benjamins, 2008. p. 291-309.

VERHAGEN, A. **Constructions of intersubjectivity: discourse, syntax, and cognition**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WINTERS, M.; TISSARI, H.; ALLAN, K. (Eds.). **Historical cognitive linguistics**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010.

ZLATEV, J. Phenomenology and cognitive linguistics. In: GALLAGHER, S.; SCHMICKING, D. (Eds.). **Handbook of phenomenology and cognitive science**. Dordrecht: Springer, 2010. p. 415-443.

ZLATEV, J. Turning back to experience in cognitive linguistics via phenomenology. **Cognitive Linguistics**, v. 27, n. 4, p. 559-572, 2016.

ZLATEV, J.; RACINE, T.; SINHA, C.; ITKONEN, E. (Eds.). **The shared mind: perspectives on intersubjectivity**. Amsterdam: Benjamins, 2008.